

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº DE 2018 (Da Sra. Luiza Erundina)

Requer reunião de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para tratar da violência do Estado contra jovens pobres e negros, à luz do documentário “Nossos Mortos Têm Voz”.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, reunião de audiência pública para tratar da violência do Estado contra jovens pobres e negros, à luz do documentário “Nossos Mortos Têm Voz”. O filme que contou com o apoio do Fórum Grita Baixada, Centro de Direitos Humanos da Diocese de Nova Iguaçu, e a Misereor busca traduzir para a linguagem cinematográfica os gritos dos que lutam por memória, verdade e justiça. Ele aborda as histórias atravessadas por essas perdas, as memórias em torno das vidas interrompidas, trazendo uma visão crítica sobre a atuação das polícias na Baixada Fluminense.

Deverão ser convidados a participar da Audiência Pública os seguintes representantes:

- Padre Marcio Rodrigues - Centro de Direitos Humanos da Diocese de Nova Iguaçu (CDH)
- Luciene Silva - Rede de Mães e Familiares Vítimas da Violência de Estado na Baixada Fluminense.
- Adriano Araújo - Fórum Grita Baixada;
- Fernando Sousa - Produtora Quiprocó Filmes;
- José Cláudio Sousa Alves - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Justificação

No momento em que a arbitrariedade e a violência desmedida do Estado se generaliza, se escancara, é necessário lembrar as histórias e vidas daqueles que a enfrentam com maior frequência. É o caso, sobretudo, de jovens negros das periferias das cidades do Brasil.

Tendo isso em vista, no dia 27 de março de 2018, aconteceu a pré-estreia do documentário "Nossos Mortos Têm Voz", que tem como foco principal o depoimento de mães e familiares de vítimas da violência do Estado na Baixada Fluminense.

O filme busca traduzir para a linguagem cinematográfica os gritos que expressam a luta por memória, verdade e justiça; aborda as histórias atravessadas por perdas, memórias em torno das vidas interrompidas, trazendo uma visão crítica sobre a atuação das polícias na Baixada Fluminense.

A estreia do filme aconteceu no mês em que a Chacina da Baixada completou 13 anos. No dia 31 de março de 2005, policiais do Estado do Rio de Janeiro assassinaram 29 pessoas, em Nova Iguaçu e Queimados.

Entre as décadas de 50 e 70, a Baixada Fluminense se tornou conhecida nacionalmente pela atuação de esquadrões da morte. Nos anos 1980, a Baixada novamente ficaria marcada pela atuação de grupos de extermínio, compostos por policiais e outros agentes do Estado. Ao longo desse período, matadores foram eleitos a cargos políticos e a influência de grupos criminosos penetrou as estruturas dos poderes legislativo, executivo e judiciário. A partir da década de 90, observa-se a expansão e a consolidação das milícias, sobretudo nas esferas do poder econômico e político.

Olhando mais detidamente os dados oficiais de violência referentes à Baixada, retirados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, os casos de violência letal saltam aos olhos. Num período de 15 anos (2003-2017), a Baixada computou 25.904 assassinatos, número alarmante se considerarmos as tentativas de assassinato (15.211), latrocínio (687) e lesões corporais seguidas de morte (124). Os casos de desaparecimento durante esse período também representam um número assustador (20.622). Uma análise mais cuidadosa dos dados de “desaparecimento” pode, inclusive, revelar outros casos de homicídio (infelizmente, uma prática comum dos grupos de extermínio e milícias da região).

Esses índices estratosféricos de que estamos falando, ficam mais evidentes

se comparados com os números referentes à capital. Em alguns períodos, a taxa de assassinatos, por 100 mil habitantes, alcança quase o dobro de casos da cidade do Rio de Janeiro (como em 2013, quando a capital contabilizou uma taxa de 20,4 e a Baixada 46,4). O número de assassinatos na região atingiu uma média de 49,3 casos em 100 mil habitantes durante o período de 2001 a 2016. Na capital do estado do Rio, a taxa fica em 31,53 casos por 100 mil habitantes. Os casos de letalidade policial também são alarmantes: foram 3.161 entre 2001 e 2016, o que representa 11,15% dos assassinatos do Estado do Rio de Janeiro.

A realidade da Baixada nos impõe um olhar mais apurado sobre a dinâmica do crime organizado. Fica evidente, por exemplo, que o crime está articulado com as instâncias do poder público, no Executivo, no Legislativo e no judiciário. Essa sofisticação criminosa tem levado a graves violações de direitos por parte do Estado com roupagens específicas que precisam ser conhecidos pela sociedade.

Sala da Comissão, de 2018.

Luiza Erundina- PSOL/SP

Chico Alencar – PSOL/RJ